

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 19 a 23 de outubro, em Brasília.

INDICAÇÕES DE AUTORIDADES & AFASTAMENTO DE SENADOR

Com a aceleração da corrida eleitoral, as atenções políticas de Brasília estarão voltadas para as decisões do Senado Federal na aprovação de autoridades. Enquanto isso, a Câmara do Deputados prevê reunião apenas na terça (20), com uma pauta mais esvaziada.

Os senadores promovem esforço concentrado nesta semana visando a sabatina e votação de indicações do Presidente da República para cargos em tribunais e agências reguladoras. No total, mais de 20 nomes serão sabatinados, entre os quais, o do desembargador Kassio Nunes Marques, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF). Essa é a segunda vez, desde o início da pandemia, que o Senado Federal se reúne presencialmente.

A expectativa é de que todas as indicações sejam aprovadas. A tradição no Senado é de aprovação dos indicados pelo Governo, sendo raros os casos em que houve rejeição. Nas últimas semanas, o Palácio do Planalto concentrou ainda os esforços de sua articulação política com os senadores na viabilização da aprovação dos indicados. Assim, a despeito da polêmica levantada sobre inconsistências do currículo acadêmico de Kassio Nunes Marques, sua aprovação não deve enfrentar maiores

dificuldades, haja vista o amplo consenso entre os senadores.

A maior parte dos indicados ocupará cargos em agências reguladoras. Em virtude da pandemia e da suspensão dos trabalhos presenciais, diversos cargos ficaram vagos e foram ocupados interinamente, como é o caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Ademais, os senadores apreciarão também os indicados para a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada recentemente após o Governo não ter conseguido adiar a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para 2021. Apesar das críticas sobre a grande participação de militares entre os indicados para a nova Agência, a avaliação é que o corpo de diretores para o primeiro ciclo de atividades do órgão possui profundo conhecimento técnico sobre os temas de sua atuação.

Ainda nesta semana, o Plenário do STF deve julgar o afastamento do senador Chico Rodrigues (DEM/RR). Após a decisão monocrática do ministro Luis Roberto Barroso, que afastou Rodrigues de seu mandato por 90 dias, os demais membros da Corte devem decidir pelo afastamento do senador roraimense, alvo de operação da Polícia Federal na semana passada. O afastamento precisará ser referendado pelo Senado Federal, onde diversos parlamentares já manifestaram resistência à medida.

Destaques da Semana

- [Senado Federal](#) promove esforço concentrado, ao longo da semana, para votar as indicações do Presidente da República para o Supremo Tribunal Federal (STF), para o Tribunal de Contas da União (TCU) e para diretorias de agências reguladoras.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro participou, nesta segunda (19), da abertura do Fórum Econômico Brasil & Países Árabes, por videoconferência. Reuniu-se ainda, individualmente, com os ministros Braga Netto (Casa Civil); Fernando Azevedo (Defesa) e Paulo Guedes (Economia); e com a deputada federal Bia Kicis (PSL/DF). Por fim, o Presidente participou da Cerimônia de Anúncio do Resultado do Estudo Clínico COVID-19, realizada com o MCTI.

Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão participou de almoço oferecido por João Saad, Presidente do Grupo Bandeirantes. Viajou no fim da tarde para São Paulo/SP, onde deverá participar de um jantar oferecido pela Senhora Marly Mansur e o Senhor Jacob Mansur. Foi adiada a live promovida pela Arko Advice, em parceria com a Brasinfra e SINICOM.

Casa Civil

Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto, em seu primeiro compromisso oficial desta segunda (19), reuniu-se com o ministro-chefe Jorge Antonio de Oliveira Francisco (SGPR) e com o secretário executivo Douglas Bassoli (GSI-PR). Ainda pela manhã, reuniu-se com o presidente Jair Bolsonaro. Durante a tarde reuniu-se com José Jorge do Nascimento Junior, Presidente Executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos (Eletros). Encerrou seus compromissos oficiais em reunião com o secretário Fernando Bispo (SPU/ME).

ME Ministério da Economia

Agenda do Ministro – Paulo Guedes participou, nesta segunda (19), da abertura do Fórum Econômico Brasil e países árabes, com o presidente Jair Bolsonaro, em evento virtual. Ainda pela manhã, participou de videoconferência com os secretários especiais, em evento fechado à imprensa. Durante o período da tarde reuniu-se com o presidente Jair Bolsonaro, e de reunião bilateral do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Robert O'Brien. Encerrou seus compromissos oficiais em reunião para Assinatura dos Protocolos Brasil-EUA do ATEC, o evento também foi virtual e fechado à imprensa.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 subiu de US\$ 57,49 bilhões para US\$ 57,56 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado permaneceu em US\$ 55 bilhões de superávit.

BACEN Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se reuniu, hoje (19), com Shelly Shetty e Todd Martinez, representantes do banco Fitch Ratings, e com Paulo Moreira Marques e André Duarte Veras, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, em São Paulo, para abertura da Missão de Avaliação Soberana da Fitch Ratings. Além disso, participou do evento 2020 Milken Institute Global Conference, promovido pelo Milken Institute, por meio de videoconferência.

Boletim Focus – Os analistas do mercado financeiro elevaram pela décima semana seguida sua estimativa de inflação para este ano e estimaram tombo menor do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. As expectativas fazem parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (19) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na

semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras. Segundo o relatório, os analistas dos bancos subiram a estimativa de inflação deste ano de 2,47% para 2,65%. Em setembro, a inflação oficial do país avançou 0,64% e foi puxada pela alta nos preços de alimentos e da gasolina. Foi a maior alta para um mês de setembro desde 2003 – quando atingiu 0,78% – e a maior taxa do ano. Apesar da alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020. Para 2021, o mercado financeiro manteve em 3,02% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%. Após a manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano em setembro, o mercado segue prevendo estabilidade na Selic neste patamar até o fim deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado ficou estável em 2,50% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 subiu de R\$ 5,30 para R\$ 5,35. Para o fechamento de 2021, ficou estável em R\$ 5,10 por dólar.

BNDDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente – Gustavo Montezano participou de reuniões internas da instituição nesta segunda-feira (29).

MiniCom
Ministério Das Comunicações

Agenda do Ministro – Fábio Faria concedeu, nesta segunda (19), entrevista à Rádio Gaúcha por telefone, e ao Programa Meio-Dia RN, da Rádio 96FM, através de videoconferência. Participou de reunião por videoconferência com o Paulo Octávio, presidente do PSD/DF, e com Vitor Elísio, secretário de Telecomunicações do MiniCom. Encerrou seus compromissos oficiais em reunião por videoconferência com os ministros do TCU, Bruno Dantas e Vital do Rego; com o secretário-executivo do MiniCom, Fábio Wajngarten; e com Fábio Coelho, presidente do Google no Brasil.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados
Plenário

A Câmara dos Deputados promove reunião Plenária nesta terça (20) para deliberação da [MPV 992/2020](#), que dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE; e a [MPV 993/2020](#), que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do INCRA.

Além das medidas provisórias, consta na pauta o [PL 4199/2020](#), que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar.

Senado Federal
Plenário

O Senado Federal promove, ao longo da semana, esforço concentrado para votar as indicações do Presidente da República para o Supremo Tribunal Federal (STF), para o Tribunal de Contas da União (TCU), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e para **diretorias de agências reguladoras** (ANPD, ANAC, ANATEL, ANEEL, ANP, ANTAQ, ANA e ANVISA).

O agendamento das sessões no Plenário somente deve ocorrer após a

apreciação das indicações pelos respectivos colegiados, que se reunirão de segunda (19) a quarta-feira (21). Entre os nomes indicados, destaca-se o de Kassio Nunes Marques, para o STF, na vaga deixada por Celso de Mello.

Temáticas em Pauta nas Comissões

QUEIMADAS EM BIOMAS BRASILEIROS

Nesta quarta (21), às 09h30, será realizada Reunião Técnica para debater o tema “*Atuação do Ministério Público e órgãos de Fiscalização Ambiental*”.

Política

Maia afirma que não é candidato à reeleição na Câmara: 'Assunto resolvido'. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), descartou no sábado, 17, mais uma vez, que vá disputar novamente o comando da Casa. "Não sou candidato à reeleição. Este assunto está resolvido", afirmou Maia. Tanto o mandato de Maia quanto o do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), vão se encerrar no início de 2021. Em tese, os dois não podem disputar um novo mandato. Alcolumbre, no entanto, tem se movimentado para tentar um novo período à frente da Casa, sob o argumento de que há brechas na legislação que permitiriam um novo mandato. "Não me cabe discutir a reeleição do Senado. O presidente do Senado tem cumprido um papel fundamental", desconversou Maia. "A eleição do Senado cabe ao Senado. A eleição da Câmara cabe à Câmara." Fonte: O Estado de S. Paulo

Maia nega possibilidade de prorrogar estado de calamidade. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), negou a possibilidade de prorrogar o estado de calamidade pública, muito menos os efeitos do Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional 106), que flexibilizou regras fiscais para combater a crise do coronavírus. A declaração foi dada no sábado (17) em encontro virtual promovido pelo grupo de investimentos XP. Segundo Rodrigo Maia, não existe “nenhuma hipótese” de usar o Orçamento de Guerra ou de se prorrogar o estado de calamidade. “A construção da PEC da Guerra foi muito elogiada, porque construímos solução para gastos extraordinários neste ano. Quando aprovamos a PEC, contratamos um período. A estrutura construída para enfrentar a pandemia tem data para acabar: 31 de dezembro de 2020”, delimitou. “Qualquer mudança vai gerar impacto em indicadores econômicos e causar um desastre muito grande. De forma alguma a PEC da Guerra vai ser usada para desorganizar a economia dos brasileiros e a vida dos brasileiros.” Fonte: Agência Câmara

‘Estamos no ponto de inflexão e precisamos passar credibilidade’, diz presidente do BC. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, defendeu mais uma vez na segunda-feira que o país volte para uma agenda de disciplina fiscal, com menos gastos, e de reformas econômicas. Campos Neto afirmou que o momento atual é um “ponto de inflexão” em que o país precisa passar credibilidade para investidores. “Entendemos que estamos no ponto de inflexão que precisamos passar credibilidade. Nós precisamos voltar para o plano original de ir para o investimento privado e restaurar a credibilidade e no nosso caso, a credibilidade está e estará conectada com a disciplina fiscal e continuação das reformas. Tenho confiança que vamos alcançar isso”. Fonte: O Globo

A articulação para Rodrigo Maia virar ministro. Está em curso uma articulação que envolve, entre outros, ministros de Jair Bolsonaro e empresários para fazer de Rodrigo Maia ministro do governo, quando findar seu mandato de presidente da Câmara. Há vários obstáculos a serem ultrapassados, como resistências no clã Bolsonaro, mas o fato é que está em andamento — e Bolsonaro está ciente. Maia ainda sonha com uma nova reeleição para o cargo que ocupa, mas não fecha as portas para qualquer possibilidade. Fonte: O Globo

Ações envolvendo teletrabalho sobem 270% na pandemia e parlamentares propõem novas regras. Os processos trabalhistas envolvendo questões do teletrabalho cresceram 270% durante o auge da pandemia de covid-19 no Brasil. Com cada vez mais empresas passando a adotar o regime remoto para além de 2020, parlamentares começaram a apresentar projetos para detalhar as condições que empregados e empregadores precisam cumprir no home office, mas especialistas alertam para o risco de engessamento do regime. Levantamento feito a partir de dados das Varas de Trabalho mostra que os casos de trabalhadores reclamando das condições do home office subiram de 46 entre março e agosto de 2019 para 170 no mesmo período de 2020. Apenas no mês de junho deste ano foram abertos 46 processos dessa natureza. Nesse contexto, o Ministério Público do Trabalho (MPT) editou uma nota técnica com 17 recomendações para o trabalho remoto, mas esse documento não tem peso de lei e tende a ser questionado. Por outro lado, diversos parlamentares de variadas orientações políticas apresentaram nos últimos meses uma dezena de projetos para regulamentar as atividades fora das sedes das empresas. Fonte: O Estado de S. Paulo

Líder do governo trabalha por convocação do Congresso durante recesso parlamentar. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), articula com a base aliada para que o Congresso trabalhe durante o recesso parlamentar, em janeiro, e consiga aprovar pautas prioritárias como o Orçamento para 2021 e a chamada PEC emergencial. Na véspera, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mencionou a possibilidade, diante da extensa e polêmica pauta a ser cumprida em um curto espaço de tempo, em meio a uma pandemia que forçou o Legislativo a realizar sessões remotas como medida de prevenção à Covid-19, e tendo como panos de fundo as eleições municipais de novembro e a disputa pelos comandos da Câmara e do Senado. Fonte: Reuters

Reclamações contra o governo Bolsonaro aumentam na OIT. O número de reclamações apresentadas na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o governo de Jair Bolsonaro aumentou nas últimas duas semanas e ameaça provocar uma nova colisão entre o governo e a entidade, conforme o Valor apurou. As contestações submetidas por sindicatos brasileiros e associações internacionais de trabalhadores podem pavimentar o terreno para o país figurar de novo numa lista negra de violação de convenções trabalhistas no começo de 2021 na OIT. São questionadas a aplicação pelo governo brasileiro de pelo menos nove convenções internacionais: a 98, que trata de sindicalização e negociação coletiva; a 11, de direito de sindicalização na agricultura; a 135, de proteção de representantes sindicais; a 141, de organizações de trabalhadores rurais; a 144, de consultas tripartites sobre normas internacionais do trabalho; a 151, de relações de trabalho no serviço público; a 154, de fomento à negociação coletiva; a 155, sobre igualdade de oportunidades e tratamento para homens e mulheres trabalhadores; e a 189, sobre trabalhadoras domésticas. Fonte: Valor Econômico

Brasil participa das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial. O Ministério da Economia e o Banco Central do Brasil participaram das reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que acontecem de 12 a 18 de outubro. Os encontros reuniram ministros de Finanças, presidentes de Bancos Centrais e outras autoridades para discutir questões econômicas e financeiras de interesse internacional. Devido à pandemia da Covid-19, as reuniões foram realizadas em formato virtual. Participaram das discussões o ministro da Economia, Paulo Guedes; o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto; o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt; e o secretário de Assuntos Econômicos Internacionais, Erivaldo Gomes. Fonte: ASCOM ME

Maia defende suspensão em outros benefícios para financiar Renda Cidadã. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse no sábado (17) que é favorável a ideia de transferir, por um tempo determinado, recursos do abono salarial e do seguro-desemprego para financiar a criação do Renda Cidadã, expansão do Bolsa Família desejada pelo governo federal. Ele também citou o corte de despesas com militares. "Vamos ter de fazer alguns sacrifícios. Todos os brasileiros terão de fazer algum sacrifício. A Câmara foi o poder que menos aumentou as despesas. Alguns auxílios podem ser suspensos por um tempo, as Forças Armadas têm despesas de R\$ 200 milhões, não sei se ajudaria muito... Há 17, 18 itens no orçamento que podem ser mexidos para encontrarmos os R\$ 30 bilhões necessários para a construção de um novo programa", declarou durante live realizada pela XP Investimentos. Fonte: Congresso em Foco

Reforma Tributária

'Modernização tributária é um dos pilares das reformas indicadas para o Brasil', diz diretor do FMI. O diretor do departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vitor Gaspar, disse em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast que "quanto mais crível for o processo de reformas no Brasil, mais fácil será para o País administrar a sua situação macroeconômica". Para ele, "a modernização do sistema tributário é um dos pilares centrais do programa de reformas estruturais recomendado para o Brasil", disse, acrescentando que a continuidade das mudanças permitirá que o governo equacione da melhor forma as demandas de gastos públicos e a retomada da economia no curto prazo, além de permitir equilíbrio fiscal nos próximos anos. "No caso do Brasil, a âncora com maior credibilidade é o limite de despesas federais", acrescentou, lembrando que as projeções macroeconômicas do FMI para o País consideram a manutenção do teto de gastos. O Fundo estima que o Brasil registrará déficit primário até 2025. Em função do aumento de despesas públicas, sobretudo devido à necessidade de combater a grave recessão causada pela covid-19, a projeção é de que tal indicador atingirá 12% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Nesse contexto, a dívida pública deverá encerrar este ano em 101,4% como proporção do PIB e chegará a 104,4% do produto interno bruto em 2025. Leia os principais trechos da entrevista. Fonte: O Estado de S. Paulo

Calendário e falta de consenso colocam em xeque votação de agenda econômica prioritária em 2020. O calendário apertado para o final do ano, marcado por eleições municipais que deixarão parlamentares em compasso de espera em novembro, e a dificuldade de articulação em torno do que é possível votar em 2020 têm colocado em xeque o andamento de projetos considerados prioritários pela equipe econômica, inclusive aqueles que estão estacionados há tempos no Congresso. A falta de ação tem ocorrido a despeito de autoridades do governo, incluindo o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorarem uma nova fase de concertação política após aproximação do presidente Jair Bolsonaro com o centrão. Fonte: Reuters

Maia critica CPMF, mas afirma que não vai interditar debate sobre o imposto. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reiterou no sábado (17) as críticas que tem feito sobre a criação de um novo imposto sobre transações financeiras digitais. No entanto, o deputado disse que não vai agir para represar a matéria na Casa Legislativa e vai deixá-la tramitar caso um texto seja enviado pelo governo. "Eu não vou ficar falando sobre o novo imposto, críticas sobre que eu penso sobre isso, sobre o que a Europa está de fato discutindo, sobre o que a Austrália está discutindo, porque de fato acho que isso não colabora e vai acabar gerando divergências e conflitos desnecessários", disse Maia durante evento promovido pela XP Investimentos. Fonte: Congresso em Foco

Último Foco

Possibilidade de revisão do Simples preocupa micro e pequenas empresas. A declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em defesa da necessidade de rediscutir o Simples colocou em estado de alerta as empresas que pagam os impostos por esse regime diferenciado de tributação. Na última quinta-feira, 15, Maia disse que o subsídio tributário do Simples é de R\$ 80 bilhões e que "dá a impressão" de que a produtividade das empresas do Simples não é equivalente à das demais. Chamou atenção, principalmente, o trecho da fala do presidente da Câmara que coloca em dúvida se o Simples está conseguindo gerar "tanto emprego assim". A preocupação é maior porque as micro e pequenas empresas são o grupo que mais sofreu para conseguir acesso a crédito durante a pandemia de covid-19. Somente nos últimos meses é que as linhas de financiamento começaram a fluir por meio do Pronampe. Mesmo assim, o dinheiro para o programa, que tem garantia do Tesouro Nacional, acabou e há uma negociação em curso para aumentar o crédito em mais R\$ 12 bilhões. Fonte: O Estado de S. Paulo

Comissão do Senado aprova 10 indicações de dirigentes para ANPD e Anac. A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou na segunda-feira (19) os nomes de dez indicados pelo governo Jair Bolsonaro para a diretoria da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A análise dos nomes ocorreu em bloco e o resultado saiu após cinco horas de sessão semipresencial. A comissão abrirá, em instantes, uma segunda sessão para analisar a qualificação de outros

nomes para o comando de agências reguladoras (ANP, Aneel, Antaq e Anatel). Todos os nomes ainda precisarão passar por confirmação no plenário do Senado, o que está previsto para ocorrer nos próximos dias, conforme a programação da semana de esforço concentrado definida pelo presidente Davi Alcolumbre (DEM-AC). Fonte: Valor Econômico

Executivo quita R\$ 47,9 bilhões destinados ao socorro de microempresas na pandemia. O Poder Executivo concluiu os pagamentos dos R\$ 47,9 bilhões destinados ao apoio às micro, pequenas e médias empresas em razão da pandemia. Os recursos devem possibilitar capital de giro e pagamento de salários nessas firmas, as que mais empregam no País. Com isso, já são três as ações emergenciais com repasse integral dos recursos autorizados. As duas outras com 100% quitados são o financiamento da folha salarial das empresas maiores (R\$ 17 bilhões) e a isenção da tarifa social de energia elétrica (R\$ 900 milhões). O orçamento criado neste ano para combater a Covid-19 acumulou até 15 de outubro quase R\$ 587,5 bilhões em despesas autorizadas. Desse total, cerca de R\$ 451,7 bilhões (76,9%) foram pagos, revela levantamento da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara

Brasil conquista 16ª posição em ranking de governo digital da OCDE. A transformação digital dos serviços públicos que vem sendo empreendida pelo governo brasileiro foi reconhecida mais uma vez. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – grupo formado por algumas das nações mais desenvolvidas do mundo – classificou o país na 16ª posição em seu Índice de Governo Digital. De acordo com o ranking – resultado de levantamento feito entre 33 países do Bloco e alguns convidados – o Brasil ficou acima da média dos países da OCDE e superou nações como Alemanha, Estônia, Países Baixos, Áustria e Irlanda. A pesquisa mediu os desempenhos dos países em seis dimensões: orientado pelo usuário, orientado por dados, aberto por padrão, digital por design, proatividade, e governo como plataforma. Em julho último, o Brasil já havia sido reconhecido como um dos 20 países do mundo com a melhor oferta de serviços públicos digitais, segundo dados da Pesquisa sobre Governo Eletrônico 2020, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Fonte: ASCOM ME

Instituto Nacional de Tecnologia oferece soluções tecnológicas e inovadoras a empresas. O Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovações (MNCTI) com atividades desenvolvidas ao longo de outubro e coordenadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) conforme o Decreto 10.497, assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro em 28 de setembro de 2020, tem como objetivo a divulgação do setor de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A programação contempla a cada dia uma entidade vinculada ao Ministério, com apresentações, palestras, oficinas e visitas virtuais. Esta sexta-feira (16) é dedicada ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT), unidade de pesquisa do MCTI. O Instituto Nacional de Tecnologia é voltado para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Oferecer soluções tecnológicas e inovadoras e serviços técnicos especializados a empresas faz parte da atuação do INT, que completará 100 anos de existência em 2021. Com nove áreas técnicas, esse Instituto Federal sediado no Rio de Janeiro, atende a setores industriais diversos, tendo uma interação crescente com o setor produtivo através do repasse tecnológico, visando a inovação. Fonte: ASCOM MCTI

Parecer de relator é favorável à indicação de Baigorri para Conselho Diretor da Anatel. O senador Eduardo Gomes (MDB-TO) foi escolhido para relatar a MSF 85/2019, que indica o atual superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, Carlos Manuel Baigorri, para ocupar a vaga deixada por Aníbal Diniz no Conselho Diretor da agência. Baigorri foi indicado em outubro de 2019 para exercer o cargo. Gomes já proferiu seu parecer, dizendo que Baigorri tem todos os requisitos necessários para ocupar o cargo. "Diante do exposto, entendemos que os senhores senadores e as senhoras senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do senhor Carlos Manuel Baigorri para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel", diz o senador no parecer. Fonte: Teletime

ANPD vai negociar estrutura com a Casa Civil. Com a indicação dos cinco integrantes do conselho diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, começa o trabalho de estruturação da nova agência a partir do zero. E como reconheceu Waldemar Gonçalves, nomeado como primeiro presidente da ANPD, essa missão exige costura com o governo. "Vamos ter que trabalhar bastante nisso [a estruturação]. Vamos reunir este Conselho [Diretor] juntamente com a Casa Civil. O que já tem definido são os cargos comissionados, são 36 no total, e vamos ter que fazer uma seleção bem rigorosa", explicou. O Congresso Nacional chegou a incluir a criação da ANPD na própria Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/18), mas a iniciativa foi vetada pelo então presidente Michel Temer sob o argumento de vício de iniciativa – só o Executivo pode propor criação

de novos órgãos. A Autoridade renasceu com a Medida Provisória 869/18, convertida na Lei 13.853/19, mas já sujeita a não representar qualquer aumento de despesa do governo e ligada à Presidência da República. Fonte: ABRANET

Apreensão de produtos piratas cresce no Brasil. Somente entre julho e setembro deste 2020, 243,7 mil equipamentos irregulares de telecomunicações foram apreendidos no Brasil, entre baterias, carregadores, TV boxes, smartwatches, conversores digitais com Wi-Fi e outros. Segundo a Anatel, é mais do que todo o material apreendido em 2019. “Somente nos três últimos meses, o número de produtos irregulares identificados nas aduanas já superou o número alcançado em todo o ano de 2019. Além da Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal também têm nos procurado com frequência para avaliarmos cargas desse tipo de produto”, afirma o superintendente de Fiscalização da agência, Igor Moreira. Fonte: ABRANET

Governo anuncia envio ao Congresso de projeto para incentivar startups. O presidente Jair Bolsonaro informou nesta segunda-feira (19) em uma rede social que assinou um projeto de lei, a ser enviado ao Congresso, com o objetivo de incentivar startups — empresas de base tecnológica, com perfil inovador e em estágio inicial de operação. Batizado de Marco Legal das Startups, o texto do projeto não tinha sido apresentado até a última atualização desta reportagem. O marco legal define o conjunto de regras para o funcionamento do setor. A nova legislação pode estabelecer, por exemplo, os requisitos para abertura de novas empresas, as regras de atuação, de financiamento e até mesmo de contratação de mão de obra por parte dessas empresas, entre outros pontos. Fonte: G1